



Ata 08/2026

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cerro Largo, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência - RPPS, designados pela Portaria nº 520/2023, Elisandra Solange Vorpapel Neunfeld, Rodrigo Moscon Kuhn e Vanise Beatriz Brum, os quais se fizeram presentes, registrando a existência de quórum suficiente. Pauta 1 – Análise do cenário econômico e financeiro de março 2026; Pauta 2 – avaliação da carteira de investimentos do RPPS; Pauta 3 – acompanhamento da Política de Investimentos e deliberação sobre movimentações financeiras; Pauta 4 – verificação de enquadramento e limites legais. Pauta 5 – análise de riscos; Pauta 6 – acompanhamento suficiência financeira; Pauta 7 – elaboração do regimento Interno do Comitê de Investimentos; Pauta 8 – alteração cronograma das reuniões ordinárias para o ano de 2026; Pauta 9 – retificação DPIN no CADPREV; Pauta 10 - assuntos gerais (cursos e demais assuntos): **Pauta 1** - Em relação ao cenário econômico e financeiro foi discutido em relação ao relatório construído pela empresa de assessoria do RPPS Referência constante no Anexo I da presente ata do qual faz parte integrante, verificando no cenário global como está o desenvolvimento da economia nos Estados Unidos, China e Zona do Euro, ao que também se verifica que devido às tensões geopolíticas principalmente no Oriente Médio a recuperação econômica nos EUA vem sendo mais cautelosa assim como o Banco Central Europeu também vem mantendo uma postura de cortes de juros mais cautelosa diante das estimativas e variações verificadas no período. Na China tem sido verificada uma retomada e fortalecimento gradual das demandas domésticas. No Brasil verifica-se através de comparativos que vem ocorrendo um cenário de expansão econômica moderada no horizonte de médio prazo, tendo o IPCA registrado uma alta de 0,88% alcançando no ano o índice acumulado de 1,92 enquanto a inflação em 12 meses avançou para 4,14%, sugerindo em uma análise geral uma nova aceleração da inflação relacionada aos combustíveis e alimentos. O Comitê de Política Monetária optou por iniciar o ciclo de flexibilização monetária reduzindo a Taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 15,00% para 14,75% ao ano. A decisão confirmou o início do processo de redução ainda que em intensidade inferior à projetada por parte do mercado, assim a expectativa de continuidade do ciclo de flexibilização se confirmou ao longo de 2026 porém em ritmo mais lento do que o esperado, realizando-se novas projeções revisadas para a Selic ao final de 2026 para um patamar próximo de 12,50% ao ano, refletindo maior cautela. No que tange a renda variável o Ibovespa apresentou leve desempenho negativo e a renda fixa apresentou desempenho mais heterogêneo entre os principais indicadores da família IMA, refletindo um ambiente de maior volatilidade ao longo da curva de juros. Em um contexto marcado pela elevação recente da inflação corrente e aumento das incertezas externas, a política monetária seguiu restritiva, mantendo o CDI como referência atrativa no curto prazo. **Pauta 2** – A carteira do RPPS foi analisada com base no relatório de investimentos do período de março/2026, observando: rentabilidade no período: 1,21%; meta atuarial período: 1,38%; aderência à Política de investimentos vigente; distribuição por segmento de aplicação; diversificação e concentração de ativos; instituições financeiras investidas. No período obteve-se a rentabilidade no valor de R\$ 926.272,09 (novecentos e vinte e seis mil duzentos e setenta e dois reais e nove centavos), passando assim o patrimônio total do FAPES a ser de R\$ 79.429.403,62 (setenta e nove milhões quatrocentos e vinte e nove mil quatrocentos e



três reais e sessenta e dois centavos). O patrimônio do FAPES encontra-se alocado nas instituições financeiras, devidamente credenciadas, e distribuídos conforme relatório de enquadramento que faz parte integrante da presente ata. Concluiu-se que a carteira encontra-se em conformidade, conforme relatórios anexados ao presente do qual fazem parte integrante. **Pauta 3** – Após análise do cenário econômico, Política de Investimentos e Resolução CMN 5272/2025, vez que o RPPS de Cerro Largo não possui certificação institucional pró gestão, conforme a atual distribuição da carteira de investimentos do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico e suas perspectivas, com base na Resolução CMN 5272/2025 para fins de aportes e alocações de forma estratégica e segura (diante da atual conjuntura econômico de juros elevados, inflação sob pressão, incertezas fiscais e políticas, SELIC em 14,75%), sugerimos a manutenção das aplicações nos fundos já utilizados, e para a realização de novos investimentos serão realizados em fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já utilizamos, vez que oferecem rentabilidade previsível, liquidez imediata e baixo risco, contribuindo para equilíbrio e preservação do patrimônio previdenciário. O valor de compensação previdenciária recebida e paga em fundo do Banco do Brasil foi aplicada em fundo que possuímos do próprio Banco enquadrado no artigo 7º, I. Os valores de arrecadação e parcelamento foram alocados no fundo Banrisul Absoluto enquadrado no artigo 7º, I, que também é utilizado para o pagamento dos benefícios (disponibilidade dos recursos D+0 e saldo disponível para efetivar a operação) e o recolhimento dos valores de arrecadação da Câmara de Vereadores foram investidos em fundo que possuímos no Sicredi enquadrado no artigo 7º, I, mantendo-se as movimentações de investimentos nos fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já tínhamos. **Pauta 4** - Foi verificado o enquadramento da carteira em relação aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Resolução CMN 5272/2025. Registra-se que a carteira encontra-se regular, emitindo-se o relatório de enquadramento, os quais estão devidamente enquadrados em conformidade com a legislação vigente, anexo ao presente do qual faz parte integrante, com base no limite de concentração e considerando a nova Resolução CMN 5272/2025 a qual estabelece um prazo de até dois anos para ajuste da carteira de investimentos em relação aos fundos não enquadrados devido a não possuir certificação institucional, não sendo considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos os desenquadramentos, não sendo realizado novo aporte nesses fundos não enquadrados por certificação institucional. **Pauta 5** – Foram avaliados os principais riscos associados à carteira: risco de mercado, crédito, liquidez e sistêmicos com base nos relatórios técnico e indicadores de desempenho em conjunto com base em relatório de conjuntura econômica e financeira emitido pela empresa que presta assessoria ao RPPS – Referência, o qual faz parte integrante da presente ata como anexo. **Pauta 6** – Em relação ao acompanhamento da suficiência financeira, competência março/2026, com base nos relatórios contábeis, verifica-se que o mês apresentou suficiência financeira, demonstrando sobra líquida de recursos para aplicação nos fundos. **Pauta 7** – Elabora o Regimento Interno do Comitê de Investimentos, anexo ao presente do qual faz parte integrante e encaminha para o Conselho Deliberativo do FAPES; **Pauta 8** – Altera o cronograma das reuniões ordinárias para o ano de 2026, definindo as próximas reuniões para os dias 25/05/2026, 25/06/2026, 24/07/2026, 25/08/2026, 24/09/2026, 26/10/2026, 25/11/2026 e 22/12/2026. **Pauta 9** – Em data de 15/04/2026 foi realizada a retificação do DPIN junto ao sistema CADPREV ajustando as informações da Política de Investimentos com base na Resolução CMN 5272/2025. **Pauta 10** - No dia 07/04/2026 e 08/04/2026 o membro Elisandra participou de capacitação na DPM



**FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÃO DO SERVIDOR - FAPES
CERRO LARGO - RS**



relacionada a implementação do pró gestão e no dia 13/04/2026 os membros Elisandra e Vanise participaram de treinamento na AMM organizado pelo RPPS de Cerro Largo com o apoio da empresa Referência Educação, conforme certificados e compartilhamento de informações, assim como o membro Rodrigo irá participar do Seminário Sul Brasileiro promovido pela AGIP nos dias 06, 07 e 08/05/2026. ANEXOS: Relatório cenário econômico financeiro empresa Referência; Relatório rentabilidade x meta RPPS; Relatório enquadramento; Relatório Conjuntura Econômica e Financeira 03/2026; Regimento Interno; Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature] Elisandra Nunes



PARECER ATA 08/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS AO CONSELHO DELIBERATIVO

Atendendo os requisitos de aderência ao Nível II do Pró Gestão RPPS, o presente Comitê de Investimentos, emite o seguinte relatório com a rentabilidade, controle de risco e aderência das alocações à Política de Investimentos, em relação ao mês de março de 2026

Indicadores Econômicos:

Para finalidade de análise de indicadores econômicos utilizamos o relatório elaborado pela empresa Referência Gestão e Risco de conjuntura econômica e financeira de março/2026 o qual utilizamos como base para as análises e decisões, o qual faz parte integrante do presente parecer.

Investimentos Rentabilidade x Meta:

Após o cenário econômico passou-se a análise em relação aos investimentos do FAPES no mês de março/2026: A carteira do RPPS foi analisada com base no relatório de investimentos do período de março/2026, observando: rentabilidade no período: 1,21%; meta atuarial período: 1,38%; aderência à Política de investimentos vigente; distribuição por segmento de aplicação; diversificação e concentração de ativos; instituições financeiras investidas. No período obteve-se a rentabilidade no valor de R\$ 926.272,09 (novecentos e vinte e seis mil duzentos e setenta e dois reais e nove centavos), passando assim o patrimônio total do FAPES a ser de R\$ 79.429.403,62 (setenta e nove milhões quatrocentos e vinte e nove mil quatrocentos e três reais e sessenta e dois centavos). O patrimônio do FAPES encontra-se alocado nas instituições financeiras, devidamente credenciadas, e distribuídos conforme relatório de enquadramento que faz parte integrante da presente ata. Concluiu-se que a carteira encontra-se em conformidade, conforme relatórios anexados ao presente do qual fazem parte integrante. Após análise do cenário econômico, Política de Investimentos e Resolução CMN 5272/2025, vez que o RPPS de Cerro Largo não possui certificação institucional pró gestão, conforme a atual distribuição da carteira de investimentos do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico e suas perspectivas, com base na Resolução CMN 5272/2025 para fins de aportes e alocações de forma estratégica e segura (diante da atual conjuntura econômico de juros elevados, inflação sob pressão, incertezas fiscais e políticas, SELIC em 14,75%), sugerimos a manutenção das aplicações nos fundos já utilizados, e para a realização de novos investimentos serão realizados em fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já utilizamos, vez que oferecem rentabilidade previsível, liquidez imediata e baixo risco, contribuindo para equilíbrio e preservação do patrimônio previdenciário. O valor de compensação previdenciária recebida e paga em fundo do Banco do Brasil foi aplicada em fundo que possuímos do próprio Banco enquadrado no artigo 7º, I. Os valores de arrecadação e parcelamento foram alocados no fundo Banrisul Absoluto enquadrado no artigo 7º, I, que também é utilizado para o pagamento dos benefícios (disponibilidade dos recursos D+0 e saldo disponível para efetivar a operação) e o recolhimento dos valores de arrecadação da Câmara de Vereadores foram investidos em fundo que possuímos no Sicredi enquadrado no artigo 7º, I, mantendo-se as movimentações de investimentos nos fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já tínhamos.



Política de Investimentos:

Em relação a Política de Investimentos foi verificado o enquadramento da carteira em relação aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Resolução CMN 5272/2025. Registra-se que a carteira encontra-se regular, emitindo-se o relatório de enquadramento, os quais estão devidamente enquadrados em conformidade com a legislação vigente, anexo ao presente do qual faz parte integrante, com base no limite de concentração e considerando a nova Resolução CMN 5272/2025 a qual estabelece um prazo de até dois anos para ajuste da carteira de investimentos em relação aos fundos não enquadrados devido a não possuir certificação institucional, não sendo considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos os desenquadramentos, não sendo realizado novo aporte nesses fundos não enquadrados por certificação institucional. Assim, o RPPS encontra-se em conformidade com o previsto na legislação vigente.

Cerro Largo, RS, 17 de março de 2026.

Elisandra Neunfeld
Membro Comitê de Investimentos

Rodrigo Moscon Kuhn
Membro Comitê de Investimentos

Vanise Beatriz Brum
Membro Comitê de Investimentos



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO
Rua Coronel Jorge Frantz, 675 – Fone/Fax: (55) 3359 4900 – CEP 97900-000

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CERRO LARGO/RS.

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, órgão de caráter decisório e deliberativo, conforme Lei Municipal nº 3.176/2023, auxiliando na tomada das definições acerca dos investimentos, compreendido dentro da estrutura do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores - FAPES, que norteará os investimentos do Regime Próprio de Previdência.

Art. 2º O Comitê de Investimentos será formado por 3 (três) membros de servidores públicos municipais ativos designados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que um dos membros poderá ser o gestor de investimentos do RPPS, como membro nato, o qual presidirá o Comitê de Investimentos por tempo indeterminado.

Parágrafo único. O gestor de investimentos será o Presidente do colegiado.

Art. 3º Para integrar o Comitê de Investimentos, todos os membros deverão ser portadores das respectivas certificações profissionais, na forma da legislação federal vigente.

Art. 4º O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente quando convocado pelo Gestor de Recursos, ou por no mínimo 02 (dois) integrantes, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas).

§ 1º A convocação de que trata o caput poderá ser efetuada através de mensagem eletrônica (e-mail ou mensagem instantânea), desde que seja possível identificar a leitura de seu conteúdo.

§ 2º As reuniões poderão ser efetuadas na modalidade on-line ou presencial.

§ 3º As decisões do Comitê serão tomadas por voto da maioria dos membros.

Art. 5º Perderá o mandato o membro do Comitê que deixar de comparecer a 02 (duas) sessões consecutivas ou a 03 (três) alternadas, dentro do período de 12 (doze) meses, sem motivo justificado, sendo que:

I – o prazo para a justificativa é de 05 (cinco) dias úteis da data da reunião em que se deu a ausência;

II – o Presidente, ao declarar a perda do mandato, comunicará a autoridade responsável para nova indicação.

Art. 6º São atribuições do Comitê de Investimentos:

I - acompanhar, avaliar e elaborar a política anual de investimentos do Regime Próprio de Previdência podendo sugerir adequação, as quais submeterá ao Conselho de Administração até o final de cada exercício, para ser aplicada no exercício subsequente;

II - avaliar as operações relativas aos investimentos;

III - fiscalizar as aplicações dos recursos, verificando sua adequação à política de investimentos e às normas e regulamentos vigentes.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO

Rua Coronel Jorge Frantz, 675 – Fone/Fax: (55) 3359 4900 – CEP 97900-000

IV - propor a adoção de medidas administrativas para aperfeiçoar a gestão dos recursos previdenciários;

V - publicar mensalmente relatório de investimentos com a composição da carteira do RPPS e suas rentabilidades.

Art. 7º São atribuições do Presidente do Comitê:

I – convocar, instalar e presidir as reuniões;

II – definir a pauta das reuniões;

III – direcionar os investimentos de acordo com as decisões do Comitê, sendo que eventual direcionamento de forma divergente deverá ser fundamentada;

IV – responsabilizar-se pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS e prestação de informações relativas às aplicações do RPPS;

V – lavrar a ata das reuniões e disponibilizar para assinatura dos demais membros, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) da sua realização;

VI – definir o calendário anual de reuniões;

VII – apresentar relatórios mensais dos investimentos, contendo a posição da carteira por segmentos e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites de investimentos conforme legislação federal e da Política de Investimentos;

VIII – elaborar relatório anual de investimentos, com a consolidação de todas as informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução do orçamento e a composição da carteira de imóveis, se houver.

Art. 8º Ao Comitê de Investimentos, como órgão de atribuição específica participar do processo decisório das aplicações financeiras, compete também a formulação da Política de Investimentos, devendo seus membros atenderem aos requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões.

§ 1º Em suas decisões, o Comitê de Investimentos deverá se fundar nos seguintes aspectos:

a) Cenário macroeconômico;

b) Evolução da execução do orçamento do RPPS;

c) Dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo;

d) Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluído os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico.

§ 2º As atas das sessões do Comitê de Investimentos mencionarão:

I – o dia, o mês, o ano e o local e forma em que foi realizada a sessão;

II – os nomes dos membros presentes;

III – as matérias objeto de discussão ou proposição;

IV – os resultados das discussões e proposições;

V – as comunicações e justificativas de ausências comunicadas ao presidente.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO

Rua Coronel Jorge Frantz, 675 – Fone/Fax: (55) 3359 4900 – CEP 97900-000

Art. 9º O Comitê de Investimentos poderá ser assessorado por entidades externas, desde que devidamente habilitadas para tanto pelos órgãos de regulação do mercado financeiro.

Art. 10 As propostas de alteração deste Regimento, a solução de dúvidas sobre sua interpretação e os casos omissos serão apreciados e decididos pelo Comitê, e submetidas ao Conselho Municipal de Administração para aprovação.

Art. 11 Este Regimento Interno foi aprovado aos doze dias do mês de março de 2026 pelo Conselho de Administração – COADFAPES.

Cerro Largo, RS, aos 12 de março de 2026.

ELENARA LIANE THUM
Presidente do COADFAPES
Cerro Largo/RS

Registre-se e publique-se.



REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO



MARÇO DE 2026

1 - Conjuntura Internacional

a) Estados Unidos:

O mercado de trabalho norte-americano apresentou melhora em março de 2026, revertendo a contração observada no mês anterior e sinalizando desempenho mais consistente, conforme os dados oficiais do Payroll. Os EUA registraram criação líquida de 178 mil postos de trabalho, superando as expectativas e compensando parcialmente a perda de 92 mil vagas em fevereiro (dado já revisado). O resultado sugere que a fraqueza anterior esteve associada, em grande medida, a fatores transitórios, e não a uma deterioração estrutural mais intensa do emprego. Do ponto de vista setorial, a geração de vagas foi relativamente disseminada, com destaque para saúde, construção e transporte e armazenagem. Em contrapartida, segmentos como informação e parte dos serviços corporativos mantiveram desempenho mais contido, evidenciando heterogeneidade do mercado de trabalho em um contexto de desaceleração gradual da atividade. No que se refere à taxa de desemprego, houve leve recuo de 4,4% em fevereiro para 4,3% em março, indicando relativa estabilidade nas condições gerais. Esse movimento foi acompanhado por variações moderadas na taxa de participação, sugerindo que, apesar da melhora na geração de vagas, o equilíbrio entre oferta e demanda por trabalho permanece próximo de um ponto de normalização. Ainda assim, o desemprego segue em patamar historicamente baixo. Em termos de rendimentos, os salários médios por hora apresentaram crescimento mais moderado, com alta anual próxima de 3,5%, abaixo da leitura anterior. Esse comportamento reforça a continuidade do processo de desinflação salarial, ainda que gradual, indicando arrefecimento das pressões inflacionárias oriundas do mercado de trabalho. Esse conjunto de indicadores segue sendo central para a condução da política monetária nos Estados Unidos. Na última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), realizada em março, o Federal Reserve manteve a taxa básica de juros no intervalo entre 3,50% e 3,75%, em linha com as expectativas. A combinação entre recuperação do emprego e moderação apenas parcial dos salários reforça uma postura cautelosa, com manutenção dos juros em patamar restritivo no curto prazo e eventuais cortes condicionados a uma desaceleração inflacionária mais consistente ao longo do ano.

b) Zona do Euro e China:

Em março de 2026, a inflação anual na zona do euro manteve-se em 1,9%, segundo estimativas preliminares da Eurostat, permanecendo ligeiramente abaixo da meta de 2,0% do Banco Central Europeu (BCE). O resultado indica estabilidade após a leve reaceleração observada em fevereiro, ainda com diferenças relevantes entre os componentes do índice. A dinâmica inflacionária seguiu influenciada pelos preços de energia, que permaneceram negativos na comparação anual, embora com menor intensidade, reduzindo seu efeito desinflacionário. Em contrapartida, os preços de serviços continuaram pressionados, com variações próximas de 3%, refletindo a persistência de pressões domésticas, especialmente ligadas ao mercado de trabalho, ainda que sem aceleração relevante no período. A inflação subjacente apresentou leve acomodação, recuando de 2,4% para 2,3%, sinalizando moderação gradual das pressões mais persistentes. Ainda assim, o indicador segue acima da meta do BCE, indicando que o processo de convergência inflacionária permanece incompleto. No campo da atividade, os dados continuam apontando crescimento moderado, com o setor de serviços sustentando a expansão, enquanto a indústria segue com desempenho mais fraco.



REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO



Diante desse cenário, o mercado mantém a expectativa de uma postura cautelosa do BCE, com cortes graduais de juros ao longo de 2026, condicionados à continuidade da desinflação e à consolidação de uma recuperação econômica mais consistente, reforçando uma estratégia de normalização monetária gradual e dependente dos dados.

Na China, os PMIs oficiais de março de 2026 indicaram melhora da atividade econômica após a fraqueza observada no início do ano. O PMI da indústria avançou para 50,3 pontos, ante 49,0 em fevereiro, retornando à zona de expansão e sinalizando recuperação do dinamismo fabril. O resultado refletiu principalmente a melhora dos subíndices de produção e de novos pedidos, ambos acima de 50 pontos, sugerindo fortalecimento gradual das demandas doméstica e externa. No setor não manufatureiro, o PMI de serviços e construção também avançou, passando de cerca de 49,5 para 51,2 pontos em março. A leitura indica retomada da expansão nessas atividades, com destaque para serviços, favorecidos pela normalização após o Ano Novo Lunar e por sinais mais consistentes de recuperação do consumo interno. No agregado, o PMI composto subiu para aproximadamente 51,0 pontos, sinalizando retorno do crescimento no início do segundo trimestre de 2026. A melhora conjunta reforça a avaliação de que a desaceleração recente teve caráter parcialmente temporário, embora persistam desafios estruturais. Nesse contexto, a recuperação da indústria segue condicionada ao fortalecimento do consumo doméstico e à estabilização do setor imobiliário, enquanto os serviços mantêm papel central na sustentação do crescimento. Assim, a tendência é de continuidade de políticas econômicas direcionadas, com estímulos seletivos voltados a consolidar a retomada da atividade, sem ampliação relevante de desequilíbrios macroeconômicos no curto prazo.

2 - Cenário Doméstico

c) PIB e Crescimento Econômico:

Em janeiro de 2026, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado em março pelo Banco Central do Brasil, indicou recuperação da atividade econômica no início do ano, após a leve contração observada em dezembro de 2025 (-0,15%). O IBC-Br — indicador mensal amplamente utilizado como uma prévia do Produto Interno Bruto, embora com metodologia distinta — registrou avanço de aproximadamente 0,8% na comparação com dezembro, em dados dessazonalizados, sugerindo recomposição parcial do dinamismo econômico no início do primeiro trimestre de 2026. A análise setorial indica que o resultado refletiu desempenhos igualmente heterogêneos entre os principais segmentos da atividade. Enquanto o setor de serviços apresentou crescimento mais robusto no período (0,8%), sustentado pela resiliência do consumo e do mercado de trabalho, a indústria também contribuiu positivamente (0,4%), ainda que de forma mais moderada. Em contrapartida, a agropecuária registrou retração no mês (-1,5%), exercendo impacto negativo sobre o resultado agregado. Esse comportamento sugere que, apesar da retomada na margem, a dinâmica da atividade permanece desigual entre os setores, com maior sustentação advinda dos segmentos ligados à demanda interna. Na comparação interanual, o IBC-Br manteve trajetória positiva, registrando expansão em relação a janeiro de 2025 na série sem ajuste sazonal (1,0%). Considerando o acumulado em 12 meses, o indicador apontou crescimento em torno de 2,3%, evidenciando leve desaceleração frente ao observado ao longo de 2025, o que reforça a percepção de perda gradual de fôlego da economia. Sob a ótica trimestral, os dados mais recentes sugerem que o primeiro trimestre de 2026 inicia com viés positivo em relação ao trimestre imediatamente anterior, ainda que o ritmo de crescimento permaneça moderado. Esse movimento é consistente com os efeitos defasados do ciclo de política monetária mais restritiva, bem como com sinais mistos observados em indicadores antecedentes de atividade. Em termos prospectivos, as projeções do Boletim Focus divulgadas no início de 2026 apontam crescimento do PIB brasileiro em torno de 1,9% em 2026 e de aproximadamente 2,0% em 2027, sugerindo continuidade de um cenário de expansão econômica moderada no horizonte de médio prazo.



REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO



d) Inflação:

No terceiro mês de 2026, o IPCA registrou alta de 0,88% em março, acelerando em relação aos 0,70% observados em fevereiro, segundo dados oficiais do IBGE. Com esse resultado, o índice acumulado no ano alcançou 1,92%, enquanto a inflação em 12 meses avançou para 4,14%, acima dos 3,81% registrados até fevereiro, mas ainda dentro da banda de tolerância da meta oficial de inflação ($3\% \pm 1,5$ p.p.) estabelecida pelo BACEN. Entre os grupos pesquisados, Transportes (1,64%) apresentou a maior variação e também o maior impacto no índice do mês (0,34 p.p.), refletindo sobretudo a elevação expressiva dos combustíveis, com destaque para a gasolina. Esse grupo respondeu por parcela significativa do resultado mensal, evidenciando a relevância dos preços administrados e voláteis na dinâmica inflacionária recente. O grupo Alimentação e bebidas (1,56%) registraram a segunda maior contribuição para o índice, com impacto de 0,33 p.p., influenciado principalmente pela alta de alimentos in natura, como tomate, cebola e batata, além do avanço de itens importantes da cesta básica. Já Despesas pessoais (0,65%) também apresentou variação relevante, impulsionada principalmente por serviços ligados a lazer. Nos demais grupos, as variações foram mais moderadas, com destaque para Habitação (0,22%) e Saúde e cuidados pessoais (0,42%), que possuem peso relevante no cálculo do indicador. Em contraste, Educação (0,02%) apresentou desaceleração expressiva após o pico sazonal observado no mês anterior. No balanço geral, o resultado mensal sugere uma nova aceleração da inflação, agora mais disseminada e menos concentrada em fatores sazonais, com maior influência de itens voláteis, como combustíveis e alimentos. Diante desse cenário, as projeções mais recentes do mercado passaram a indicar IPCA em torno de 4,31% para 2026, com inflação próxima de 3,84% em 2027, trajetória ainda compatível com a convergência gradual dos preços em direção à meta oficial.

e) Taxa Selic:

Em março de 2026, o foco do mercado financeiro esteve voltado para a decisão do Comitê de Política Monetária, realizada nos dias 17 e 18, quando o colegiado optou por iniciar o ciclo de flexibilização monetária, reduzindo a Taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 15,00% para 14,75% ao ano. A decisão, unânime, confirmou o início do processo de afrouxamento, ainda que em intensidade inferior àquela projetada anteriormente por parte do mercado. As comunicações recentes do Banco Central do Brasil mantiveram tom cauteloso, destacando que, apesar do início dos cortes, a política monetária permanece em terreno contracionista. O Comitê enfatizou que a decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação à meta, mas ressaltou que o ambiente segue incerto, influenciado por fatores externos — como a elevação dos preços do petróleo — e por riscos inflacionários ainda presentes. Após a decisão, as projeções do mercado passaram por ajustes. De acordo com o Boletim Focus, consolidou-se a expectativa de continuidade do ciclo de flexibilização ao longo de 2026, porém em ritmo mais lento do que o anteriormente esperado, variando conforme a evolução das expectativas inflacionárias, do cenário fiscal doméstico e do arrefecimento das incertezas internacionais, potencializadas em virtude do cenário geopolítico. Com efeito, a mediana das projeções para a Selic ao final de 2026 foi revisada para patamar próximo de 12,50% ao ano, refletindo maior cautela quanto à velocidade dos cortes. Já para 2027 as projeções permanecem relativamente estáveis, com a taxa Selic esperada em torno de 10,50% ao ano, sugerindo continuidade do processo de normalização monetária no médio prazo, ainda condicionado à consolidação do cenário desinflacionário.



REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO



f) Balança Comercial:

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 6,41 bilhões em março de 2026, mantendo o saldo positivo observado ao longo do primeiro trimestre do ano, embora em patamar inferior ao resultado de fevereiro. De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações somaram US\$ 31,60 bilhões, enquanto as importações atingiram US\$ 25,20 bilhões, resultando no menor superávit para meses de março desde 2020. Na comparação com março de 2025, o saldo comercial apresentou queda de 17,2%, refletindo principalmente o crescimento mais intenso das importações em relação às exportações. Enquanto as vendas externas avançaram 10,0% na base interanual, as importações registraram expansão de 20,1%, evidenciando maior dinamismo da demanda doméstica por bens estrangeiros. A análise setorial das exportações indica expansão entre os principais segmentos da pauta comercial. A indústria extrativa apresentou forte crescimento, impulsionada sobretudo pelos embarques de petróleo, enquanto a indústria de transformação também registrou avanço relevante. A agropecuária, por sua vez, apresentou crescimento mais moderado, impactado pela queda expressiva nas exportações de café, que recuaram mais de 30% em valor na comparação interanual. Do lado das importações, observou-se expansão disseminada, com destaque para o aumento das compras externas de veículos, que contribuíram de forma significativa para o avanço agregado das importações. Esse movimento refletiu tanto a recuperação da demanda interna quanto a recomposição de estoques, exercendo pressão sobre o saldo comercial. Como consequência, a corrente de comércio brasileira totalizou aproximadamente US\$ 56,8 bilhões em março, indicando continuidade de fluxo expressivo de transações comerciais com o exterior. Apesar da redução do superávit, o resultado reforça o papel do setor externo como componente relevante da dinâmica macroeconômica no início de 2026. Em termos prospectivos, as estimativas oficiais do governo foram atualizadas e indicam que o Brasil poderá encerrar 2026 com superávit comercial em torno de US\$ 72,1 bilhões, mantendo um cenário de saldo externo positivo, ainda que sujeito às incertezas do ambiente internacional e à evolução da demanda doméstica.

g) Fluxo Cambial:

Em março de 2026, o fluxo cambial total do Brasil registrou saldo negativo de aproximadamente US\$ 6,3 bilhões, revertendo o superávit observado em fevereiro, quando houve entrada líquida de cerca de US\$ 5,4 bilhões. Segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o resultado do mês refletiu saídas expressivas pelo segmento financeiro, indicando mudança relevante na dinâmica de ingresso de divisas na economia brasileira. No detalhamento por canais, o segmento financeiro apresentou saída líquida próxima de US\$ 14,1 bilhões, associada principalmente à retirada de recursos por investidores estrangeiros e remessas financeiras ao exterior. Especificamente no que se refere ao investimento estrangeiro em renda variável, observou-se redução do forte ingresso registrado em fevereiro (R\$ 16,1 bilhões), com os aportes recuando para cerca de R\$ 11,6 bilhões. Já o canal comercial registrou saldo positivo em torno de US\$ 7,7 bilhões, refletindo a liquidação cambial das operações de exportação e importação de bens e reforçando a contribuição do comércio exterior para mitigar o resultado agregado negativo. A comparação com fevereiro evidencia deterioração relevante do fluxo total, com mudança significativa na composição entre os canais financeiro e comercial. Esse comportamento reflete a maior aversão ao risco nos mercados internacionais, especialmente em função do aumento das tensões geopolíticas ao longo do período. O movimento do fluxo cambial também esteve relacionado ao comportamento da taxa de câmbio. Ao longo de março, o dólar apresentou trajetória de valorização frente ao real, impulsionado pelo ambiente externo mais adverso e pela saída líquida de capitais financeiros, revertendo parcialmente a queda superior a 2% observada em fevereiro (alta de 1,35% em março). No balanço geral, o resultado de fevereiro sugere deterioração do fluxo cambial, explicada principalmente pela reversão dos fluxos financeiros, ainda que parcialmente compensada pelo desempenho robusto do setor externo.



REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO



h) Renda Variável:

Em março de 2026, o Ibovespa apresentou leve desempenho negativo, registrando queda de aproximadamente -0,70% no mês, em um ambiente marcado pelo aumento da aversão ao risco global, especialmente diante da intensificação de tensões geopolíticas. Apesar da correção, o índice manteve desempenho positivo no acumulado do ano, com valorização próxima de 16,35% enquanto, na comparação em 12 meses, avançou cerca de 48,5%. Impulsionadas pela elevação dos preços internacionais do petróleo, os destaques positivos do mês ficaram por conta das ações vinculadas aos setores petrolífero e de energia, que lideraram os ganhos no período. As maiores altas foram registradas pela Petrobras ON (PETR3;+25,27%) e Petrobras PN (PETR4;+23,19%), PRIO (PRIO3;+22,24%), Eneva (ENEV3;+14,67%) e Ultrapar (UGPA3;+10,85%). Esse desempenho refletiu tanto o cenário externo favorável às commodities quanto movimentos específicos do setor. Por outro lado, na ponta negativa, ações mais sensíveis ao ciclo doméstico e ao custo de capital apresentaram perdas expressivas. As maiores quedas do período incluíram CSN (CSNA3;-26,57%), MRV (MRVE3;-23,14%), Minerva (BEEF3;-18,58%), Direcional (DIRR3;-18,50%) e Vivara (VIVA3;-16,82%), refletindo tanto fatores setoriais quanto a deterioração das condições financeiras e aumento da incerteza global. Nos demais papéis que compõem o índice, observou-se comportamento heterogêneo, com elevada volatilidade ao longo do mês. Episódios de queda acentuada estiveram associados principalmente ao ambiente externo mais adverso, que impactou de forma ampla os mercados emergentes. No geral, o desempenho do Ibovespa em março sugere um movimento de acomodação após forte valorização recente, com maior influência de fatores externos e reprecificação de risco global. Ainda assim, o resultado acumulado no ano e em 12 meses indica manutenção de fundamentos relativamente sólidos no mercado acionário brasileiro.

i) Renda Fixa:

Em março, o mercado de renda fixa apresentou desempenho mais heterogêneo entre os principais indicadores da família IMA, refletindo um ambiente de maior volatilidade ao longo da curva de juros. O IMA-Geral registrou valorização de aproximadamente 0,55% no mês, acumulando cerca de 3,07% no ano e 14,36% em 12 meses, resultado ainda sustentado pelo carregamento elevado dos títulos públicos, embora com maior dispersão entre os segmentos. Em um contexto marcado pela elevação recente da inflação corrente e aumento das incertezas externas, a política monetária seguiu restritiva, mantendo o CDI como referência atrativa no curto prazo. No segmento de títulos prefixados, o desempenho foi negativo no agregado. O IRF-M recuou cerca de -0,59% no mês, acumulando 2,36% no ano e 15,65% em 12 meses, refletindo abertura da curva nominal. No trecho mais curto, o IRF-M1 avançou 1,02%, com ganho de 3,28% no ano e 14,71% em 12 meses, beneficiado pela ancoragem da parte curta da curva. Já o IRF-M1+ apresentou queda de -1,21% no mês, com 2,02% no acumulado do ano e 16,16% em 12 meses, evidenciando maior sensibilidade dos vértices longos ao aumento dos prêmios de risco. Entre os títulos indexados à inflação, o desempenho também foi misto. O IMA-B avançou 0,17% no mês, acumulando 2,98% no ano e 12,66% em 12 meses. No segmento intermediário, o IMA-B5 subiu 1,39%, com 3,86% no ano e 12,47% em 12 meses, enquanto o IMA-B5+ recuou -0,78%, acumulando 2,29% no ano e 12,65% em 12 meses, refletindo recomposição de prêmios reais nos prazos mais longos. No caso dos títulos pós-fixados, o IMA-S apresentou alta de 1,27% em março, acumulando 3,49% no ano e 15,00% em 12 meses, refletindo essencialmente o carregamento da taxa Selic. De forma geral, o resultado de março indica maior seletividade no mercado de renda fixa, com pressão sobre ativos de maior duration em meio ao aumento das incertezas externas e à reprecificação da trajetória de juros, ao passo que os segmentos pós-fixados e de menor prazo seguem favorecidos.



REFERÊNCIA

GESTÃO E RISCO



Retorno			Retorno		
Nome	Março 2026	no ano	Nome	Março 2026	no ano
Prefixados			Formado por TP indexado ao IPCA		
IRF-M	-0,59%	2,36%	IMA-B	0,17%	2,98%
IRF-M 1	1,02%	3,28%	IMA-B 5	1,39%	3,87%
IRF-M 1+	-1,21%	2,02%	IMA-B 5+	-0,78%	2,29%
Formado por Títulos da Dívida Pública			DI		
IMA Geral	0,55%	3,07%	CDI	1,21%	3,41%
Duração Constante					
IDkA IPCA 2 Anos	1,39%	3,86%			
Retorno			Retorno		
Nome	Março 2026	no ano	Nome	Março 2026	no ano
Doméstico			Exterior		
Ibovespa	-0,70%	16,35%	S&P 500	-3,80%	-9,54%
IBX	-0,64%	16,55%	MSCI World	-5,28%	-8,83%
IBX-50	-0,26%	17,68%			



RELATÓRIO ENQUADRAMENTO - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-FAPES

Fundo de investimento	Saldo	Enquadramento	% Recurso	Enquadramento segmento	PL Fundo	% PL Fundo	Limite de concentração	Por Certificação
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	19.717.639,40	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	24,82%	-	7.978.977.655,42	0,25%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	510.875,50	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,64%	-	456.910.787,51	0,11%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.032.103,78	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	5,08%	-	4.157.979.258,75	0,10%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1.958.411,82	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	2,47%	-	3.716.649.154,62	0,05%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	573.024,91	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,72%	-	11.715.409.297,51	0,00%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	105.243,27	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,13%	-	4.470.986.817,85	0,00%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	342.097,32	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,43%	-	514.677.413,18	0,07%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.220.260,50	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	2,80%	-	2.868.052.739,85	0,08%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	3.610.565,31	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	4,55%	-	5.173.614.075,72	0,07%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	586.374,51	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,74%	-	2.466.130.989,79	0,02%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	460.610,74	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,58%	-	10.665.870.719,95	0,00%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
SICREDI INSTITUCIONAL IMA-B RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	0,01	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,00%	-	447.152.791,32	0,00%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	12.475.737,00	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	15,71%	-	6.951.966.942,10	0,18%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.889.407,89	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	2,38%	-	546.193.616,21	0,35%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.956.925,33	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	17,57%	-	21.759.398.609,99	0,06%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	2.916.862,80	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	3,67%	-	9.714.309.963,15	0,03%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	10.479.532,47	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	13,19%	-	23.827.670.651,98	0,04%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
LF SANTANDER (11/03/2027)	1.136.994,63	Ativos RF - Art. 7º, VI	1,43%	-	0,00	0,00%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
LF SANTANDER (11/10/2027)	1.107.194,14	Ativos RF - Art. 7º, VI	1,39%	-	0,00	0,00%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CREDITO PRIVADO LP	1.349.542,29	Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII	1,70%	-	3.314.082.539,48	0,04%	ENQUADRADO	DESENQUADRADO
TOTAL APLICAÇÕES:		-	-	-	-	-	-	-
79.429.403,62		-	-	-	-	-	-	-

"As informações dos relatórios são obtidas de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, onde a responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela empresa. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundos de investimento. Fundos de investimentos não contam com a garantia do administrador, gestor, de qualquer mecanismo seguro ou do fundo garantidor de crédito. Rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendado a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos".



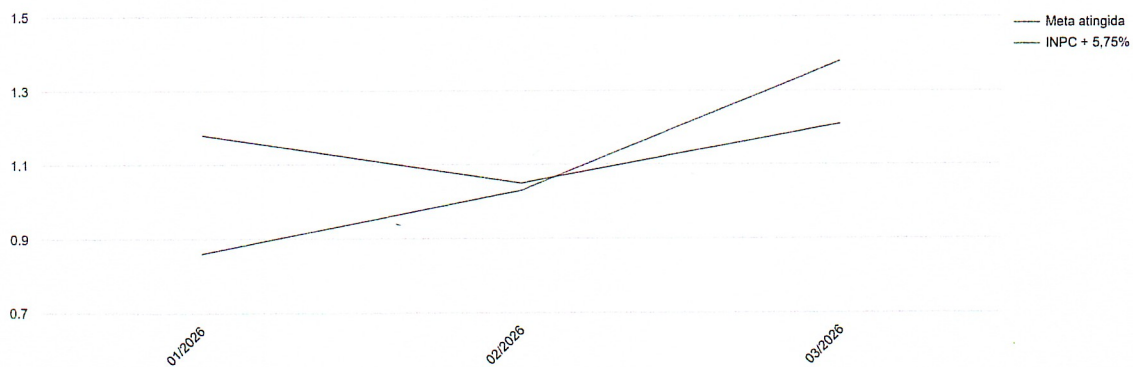
Relatório Rentabilidade x Meta RPPS - CERRO LARGO

RELATÓRIO DA RENTABILIDADE - RPPS: CERRO LARGO - 03/2026			
Fundo de investimento	Rendimentos R\$	% Rentab. Ano	% Meta de 2026
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 674.062,21	3,45%	104,46%
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	R\$ 16.547,67	3,36%	101,53%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 149.072,07	3,84%	116,17%
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 71.705,78	3,80%	115,01%
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 53.089,31	2,89%	87,48%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 16.785,26	3,20%	96,76%
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 462.871,96	3,43%	103,85%
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 4.560,11	4,47%	135,33%
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 13.465,28	4,10%	123,99%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 82.419,83	3,86%	116,66%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 132.306,39	3,80%	115,10%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 16.636,41	2,92%	88,36%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 14.313,74	3,21%	97,05%
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 94.940,87	3,36%	101,81%
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 343.793,45	3,39%	102,64%
ISHARES IBOVESPA RESP LIMITADA FUNDO DE ÍNDICE - BOVA11	R\$ 984,01	16,39%	496,03%
LF SANTANDER (11/03/2027)	R\$ 19.185,76	1,72%	51,94%
LF SANTANDER (11/10/2027)	R\$ 16.988,66	1,56%	47,15%
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	R\$ 42.461,62	3,25%	98,30%
SICREDI INSTITUCIONAL IMA-B RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA LP	R\$ 0,01	2,85%	86,37%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 419.574,02	3,48%	105,38%
RENTABILIDADE ACUMULADA:	R\$ 2.645.764,41		

RPPS	CERRO LARGO	
	Mensal	Ano
Data Base	03/2026	2026
Rentabilidade R\$	R\$ 926.272,09	R\$ 2.645.764,41
Rentabilidade %	1,21%	3,4838%
Meta Política de Investimento		INPC + 5,75%
Meta período %	1,38%	3,30%
% alcançado da meta no período	87,94%	105,42%



Gráfico - Rentabilidade x Meta (mês a mês)





MUNICIPIO DE CERRO LARGO - RPPS

USUÁRIO: 146MARI CRISTINA MOCART FRIEDRICH/

17751

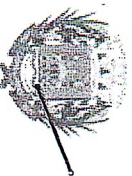
DATA: 16/04/2026

HORA: 16:00:45

BALANCETE DA DESPESA - GERAL EMPENHADO/PAGO

Período: Março/2026 - Entidades selecionadas: 1 - Do órgão 00 até 99 - Da despesa 0000 00 00 00 0000 até 9999 99 99 99 9999 - Recurso(s) - Deduz valor Anular de Despesa

DESPESA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	SUPLEM. / REDUÇÃO	DOT. ATUALIZADA	EMPENHADO			PAGO		
					NO MÊS	NO ANO	SALDO VERBA	NO MÊS	NO ANO	EMP. PAGAR
10 FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO MUNICIPAL										
1001 Funcoes Inerentes ao Fapes										
0005 Manutencao FAPES										
10.01.09.272.0032.3190.01.00.00.000 (4012) 0800 80000	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	13.500.000,00	0,00	13.500.000,00	929.346,37	2.850.203,45	10.649.796,55	1.852.340,08	2.778.339,33	71.864,12
3190.01.01.00.000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	929.346,37	2.850.203,45		1.852.340,08	2.778.339,33	71.864,12
10.01.09.272.0032.3190.03.00.00.000 (4013) 0800 80000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	178.246,98	535.688,23	2.064.311,77	354.088,07	531.998,26	3.689,97
3190.03.01.00.000	PENSOES CIVIS	0,00	0,00	0,00	178.246,98	535.688,23		354.088,07	531.998,26	3.689,97
10.01.09.272.0032.3390.86.00.00.000 (4234) 0800 80000	COMPENSAÇÕES A REGIMES DE PREVIDENCIA	400.000,00	0,00	400.000,00	4.610,48	19.554,65	380.445,35	5.046,01	12.651,58	6.903,07
3390.86.01.00.000	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	4.610,48	19.554,65		5.046,01	12.651,58	6.903,07
Total do Projeto/Atividade					1.112.203,83	3.405.446,33	13.094.553,67	2.211.474,16	3.322.989,17	82.457,16
0015 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO										
10.01.09.122.0032.3190.11.00.00.000 (4237) 0802 80200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
10.01.09.122.0032.3390.14.00.00.000 (4235) 0802 80200	DIÁRIAS - CIVIL	30.000,00	0,00	30.000,00	2.356,27	9.968,84	20.031,16	3.171,90	7.793,82	2.175,02
3390.14.14.00.000	DIARIAS NO PAIS	0,00	0,00	0,00	2.356,27	9.968,84		3.171,90	7.793,82	2.175,02
10.01.09.122.0032.3390.39.00.00.000 (4236) 0802 80200	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	250.000,00	0,00	250.000,00	76.120,00	198.743,60	51.256,40	6.102,55	15.418,10	183.325,50
3390.39.05.00.000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	0,00	76.120,00	193.106,60		3.415,55	9.781,10	183.325,50
3390.39.48.00.000	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	5.637,00		2.687,00	5.637,00	0,00
Total do Projeto/Atividade					78.476,27	208.712,44	91.287,56	9.274,45	23.211,92	185.500,52
9999 Reserva de Contingencia - RPPS										
10.01.99.997.0999.99.00.00.000 (1896) 0800 80000	RESERVA DE CONTINGENCIA E RESERVA DO RPPS	12.070.000,00	0,00	12.070.000,00	0,00	0,00	12.070.000,00	0,00	0,00	0,00
Total do Projeto/Atividade					0,00	0,00	12.070.000,00	0,00	0,00	0,00
Total do Orgão					0,00	28.870.000,00	25.255.841,23	2.220.748,61	3.346.201,09	267.957,68
Total Orçamentário					0,00	28.870.000,00	25.255.841,23	2.220.748,61	3.346.201,09	267.957,68



MUNICIPIO DE CERRO LARGO - RPPS
CONTABILIDADE

BALANCETE ORÇAMENTARIO DA RECEITA

Periodo: Março/2026 - Entidades selecionadas: 1 - Da receita 0000000000000 até 9999999999999 - Até o nível 11 - Tipo receita 99

Data: 16/04/2026
Horas: 16:03:21

Acesso	Código	Descrição	Previsão	Anterior	Periodo	Total	Arrecadar
1	4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	15.950.000,00	2.141.530,49	1.372.923,36	3.514.453,85	12.435.546,15
112	4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES	4.050.000,00	293.412,81	296.238,41	589.651,22	3.460.348,78
113	4.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.050.000,00	293.412,81	296.238,41	589.651,22	3.460.348,78
114	4.1.2.1.5.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	4.050.000,00	293.412,81	296.238,41	589.651,22	3.460.348,78
115	4.1.2.1.5.01.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL	4.050.000,00	293.412,81	296.238,41	589.651,22	3.460.348,78
116	4.1.2.1.5.01.1.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	3.200.000,00	235.221,64	239.010,93	474.232,57	2.725.767,43
117	4.1.2.1.5.01.1.1.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	3.200.000,00	235.221,64	239.010,93	474.232,57	2.725.767,43
118	4.1.2.1.5.01.2.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO	850.000,00	58.191,17	57.227,48	115.418,65	734.581,35
119	4.1.2.1.5.01.2.1.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	850.000,00	58.191,17	57.227,48	115.418,65	734.581,35
169	4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	11.000.000,00	1.719.373,41	940.095,21	2.659.468,62	8.340.531,38
181	4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	VALORES MOBILIÁRIOS	11.000.000,00	1.719.373,41	940.095,21	2.659.468,62	8.340.531,38
182	4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	11.000.000,00	1.719.373,41	940.095,21	2.659.468,62	8.340.531,38
203	4.1.3.2.1.04.0.0.0.0.0.0	REMUERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	11.000.000,00	1.719.373,41	940.095,21	2.659.468,62	8.340.531,38
204	4.1.3.2.1.04.0.1.0.0.0.0	REMUERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	11.000.000,00	1.719.373,41	940.095,21	2.659.468,62	8.340.531,38
995	4.1.3.2.1.04.0.1.01.0.0.0	REMUERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	11.000.000,00	1.719.373,41	940.095,21	2.659.468,62	8.340.531,38
531	4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	900.000,00	128.744,27	136.589,74	265.334,01	634.665,99
663	4.1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	900.000,00	128.744,27	136.589,74	265.334,01	634.665,99
664	4.1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	900.000,00	128.744,27	136.589,74	265.334,01	634.665,99
667	4.1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	900.000,00	128.744,27	136.589,74	265.334,01	634.665,99
668	4.1.9.9.0.0.0.0.0.0.0.0	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA - PRINCIPAL	900.000,00	128.744,27	136.589,74	265.334,01	634.665,99
914	4.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	12.920.000,00	1.075.219,17	933.640,61	2.008.859,78	10.911.140,22
915	4.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES	12.920.000,00	1.075.219,17	933.640,61	2.008.859,78	10.911.140,22
916	4.7.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12.920.000,00	1.075.219,17	933.640,61	2.008.859,78	10.911.140,22
917	4.7.2.1.5.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	12.920.000,00	1.075.219,17	933.640,61	2.008.859,78	10.911.140,22
918	4.7.2.1.5.02.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	12.920.000,00	1.075.219,17	933.640,61	2.008.859,78	10.911.140,22

MUNICIPIO DE CERRO LARGO - RPPS
CONTABILIDADE

BALANCETE ORÇAMENTARIO DA RECEITA

Período: Março/2026 - Entidades selecionadas: 1 - Da receita 0000000000000 até 9999999999999 - Alé o nível 11 - Tipo receita 99

Data: 16/04/2026
Hora: 16:03:21

Acesso	Código	Descrição	Previsão	Anterior	Período	Total	Arrecadar
919	4.7.2.1.5.02.1.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	12.920.000,00	1.075.219,17	933.640,61	2.008.859,78	10.911.140,22
920	4.7.2.1.5.02.1.1.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	12.920.000,00	1.075.219,17	933.640,61	2.008.859,78	10.911.140,22
1028	4.7.2.1.5.02.1.1.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RPPS	3.100.000,00	221.730,94	224.577,57	446.308,51	2.653.691,49
1029	4.7.2.1.5.02.1.1.02.00.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	7.900.000,00	604.643,23	612.405,73	1.217.048,96	6.682.951,04
1030	4.7.2.1.5.02.1.1.03.00.00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PELO REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS	1.620.000,00	231.788,78	79.382,12	311.170,90	1.308.829,10
1031	4.7.2.1.5.02.1.1.04.00.00	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	300.000,00	17.056,22	17.275,19	34.331,41	265.668,59
Total Geral			28.870.000,00	3.216.749,66	2.306.563,97	5.523.313,63	23.346.686,37

Resumo Consolidado

Descrição	Previsão	Anterior	Período	Total	Arrecadar
Receita Bruta Total	28.870.000,00	3.216.749,66	2.306.563,97	5.523.313,63	23.346.686,37

PROTÁSIO PEDRO BUTZEN
PREFEITO - CPF: 365.425.800-00

RODRIGO MOSCON KUHN
TESOUREIRO - CPF: 540.777.450-04

MARIA CRISTINA FRIEDRICH
CRC/RS: 48.159-0

DANIELI CRESTANI
CPF 014.304.200-90

BALANCETE CONTÁBIL DO EXERCÍCIO DE 2026

Hora: 08:24:24

Entidades seleccionadas: 1 - Da conta 1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0 até 9.9.9.9.9.9.9.9.9.9 - Até Março - Todos os Tipos de Contas

Vínculo	Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
	1.0.0.0.0.00.00.00.00.00		ATIVO	77.506.850,71	D	6.714.364,60	4.537.074,31	79.684.141,00	D
	1.1.0.0.0.00.00.00.00.00		ATIVO CIRCULANTE	77.506.850,71	D	6.714.364,60	4.537.074,31	79.684.141,00	D
	1.1.4.0.0.00.00.00.00.00		INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	77.506.850,71	D	6.714.364,60	4.537.074,31	79.684.141,00	D
	1.1.4.1.0.00.00.00.00.00		TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	77.506.850,71	D	6.714.364,60	4.537.074,31	79.684.141,00	D
	1.1.4.1.1.00.00.00.00.00		TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS- CONSOLIDAÇÃO	77.506.850,71	D	6.714.364,60	4.537.074,31	79.684.141,00	D
800	1.1.4.1.1.09.05.01.00.00	3759	CEF Cta FAPES -Aplic 57-8	19.918.427,68	D	697.875,99	0,00	20.616.303,67	D
800	1.1.4.1.1.09.05.02.00.00	3760	B. Brasil FAPES -Aplic. 17.397-5	21.634.137,60	D	1.014.462,86	0,00	22.648.600,46	D
800	1.1.4.1.1.09.05.03.00.00	3761	Banrisul Cta FAPES - Aplicação	19.911.889,64	D	4.150.008,45	4.248.528,38	19.813.369,71	D
800	1.1.4.1.1.09.05.04.00.00	7645	SICREDI Cta.FAPES/Aplic.	13.343.162,58	D	499.440,99	0,00	13.842.603,57	D
800	1.1.4.1.1.09.05.05.00.00	905020	B.BRASIL COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	0,00		265.334,01	265.334,01	0,00	
802	1.1.4.1.1.09.05.06.00.00	906311	BANRISUL FAPES TAXA DE ADMINISTRAÇÃO/APLIC	491.218,86	D	51.067,88	23.211,92	519.074,82	D
800	1.1.4.1.1.09.05.07.00.00	906486	SANTANDER FAPES	2.208.014,35	D	36.174,42	0,00	2.244.188,77	D
	2.0.0.0.0.00.00.00.00.00		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	111,54	C	4.355.758,81	4.376.877,97	21.230,70	C
	2.1.0.0.0.00.00.00.00.00		PASSIVO CIRCULANTE	111,54	C	4.355.758,81	4.376.877,97	21.230,70	C
	2.1.1.0.0.00.00.00.00.00		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00		3.393.029,60	3.400.417,87	7.388,27	C
	2.1.1.1.0.00.00.00.00.00		PESSOAL A PAGAR	0,00		2.280.498,58	2.283.736,92	3.238,34	C
	2.1.1.1.1.00.00.00.00.00		PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00		2.280.498,58	2.283.736,92	3.238,34	C
	2.1.1.1.1.01.00.00.00.00		PESSOAL A PAGAR	0,00		2.280.498,58	2.283.736,92	3.238,34	C
	2.1.1.1.1.01.01.00.00.00	761	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	0,00		2.280.498,58	2.283.736,92	3.238,34	C
	2.1.1.2.0.00.00.00.00.00		BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00		1.102.531,72	1.102.531,72	0,00	
	2.1.1.2.1.00.00.00.00.00		BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00		1.102.531,72	1.102.531,72	0,00	
	2.1.1.2.1.01.00.00.00.00	785	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00		1.102.531,72	1.102.531,72	0,00	
	2.1.1.4.0.00.00.00.00.00		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00		9.999,30	14.149,23	4.149,93	C
	2.1.1.4.3.00.00.00.00.00		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00		9.999,30	14.149,23	4.149,93	C
	2.1.1.4.3.01.00.00.00.00		CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	0,00		9.999,30	14.149,23	4.149,93	C
	2.1.1.4.3.01.01.00.00.00	846	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00		9.999,30	14.149,23	4.149,93	C
	2.1.3.0.0.00.00.00.00.00		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00		28.156,79	41.709,93	13.553,14	C
	2.1.3.1.0.00.00.00.00.00		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00		28.156,79	41.709,93	13.553,14	C
	2.1.3.1.1.00.00.00.00.00		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00		28.156,79	41.709,93	13.553,14	C
	2.1.3.1.1.01.99.00.00.00	4389	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	0,00		28.156,79	41.709,93	13.553,14	C
	2.1.8.0.0.00.00.00.00.00		ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	111,54	C	934.572,42	934.750,17	289,29	C
	2.1.8.8.0.00.00.00.00.00		VALORES RESTITUÍVEIS	111,54	C	934.572,42	934.750,17	289,29	C
	2.1.8.8.1.00.00.00.00.00		VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		783.505,06	783.566,11	61,05	C
	2.1.8.8.1.01.00.00.00.00		CONSIGNAÇÕES	0,00		783.505,06	783.566,11	61,05	C
	2.1.8.8.1.01.03.00.00.00		ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00		783.505,06	783.566,11	61,05	C
	2.1.8.8.1.01.03.02.00.00	3800	CEF Cta. Empréstimo Consignação	0,00		30.580,78	30.580,78	0,00	
	2.1.8.8.1.01.03.04.00.00	3802	APM	0,00		1.815,78	1.815,78	0,00	
	2.1.8.8.1.01.03.05.00.00	3803	SIMUCEL	0,00		82.293,03	82.293,03	0,00	
	2.1.8.8.1.01.03.08.00.00	3806	Contrib.IPERGS	0,00		185.440,73	185.477,97	37,24	C
	2.1.8.8.1.01.03.09.00.00	3807	Banrisul Cta. Emprést.Consignação	0,00		78.268,50	78.268,50	0,00	
	2.1.8.8.1.01.03.10.00.00	3809	Contr.FAPES Servidor	0,00		171.109,23	171.133,04	23,81	C
	2.1.8.8.1.01.03.16.00.00	3799	TELEFONE CELULAR VIVO	0,00		2.771,34	2.771,34	0,00	
	2.1.8.8.1.01.03.20.00.00	3808	SICREDI Cta. Emprést.Consignação	0,00		217.145,97	217.145,97	0,00	
	2.1.8.8.1.01.03.21.00.00	3818	PENSAO ALIMENTICIA	0,00		14.079,70	14.079,70	0,00	
	2.1.8.8.2.00.00.00.00.00		VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	111,54	C	151.067,36	151.184,06	228,24	C
	2.1.8.8.2.01.04.00.00.00	905223	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	111,54	C	151.067,36	151.184,06	228,24	C
Total		77.506.850,71	D	11.070.123,41		8.913.952,28		79.684.141,00	D
		111,54	C					21.230,70	C

**FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-
FAPES**

CONJUNTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA

03/2026

INTRODUÇÃO

Neste relatório disponibilizamos a conjuntura econômica financeira para a gestão financeira do **RPPS**, com dados relevantes ao mês.

A EMPRESA tem como base o comprometimento, a ética profissional e a transparência na troca de informações com nossos clientes, ou seja, é a prestação de serviços de qualidade com o comprometimento das legislações vigentes.

Nosso trabalho consiste em analisar os produtos que o investidor apresente, nos baseando em um processo eficiente e fundamentado, processo esse que ande junto com os objetivos do investidor. Junto a isto podemos emitir um parecer quanto às características e risco de cada produto.

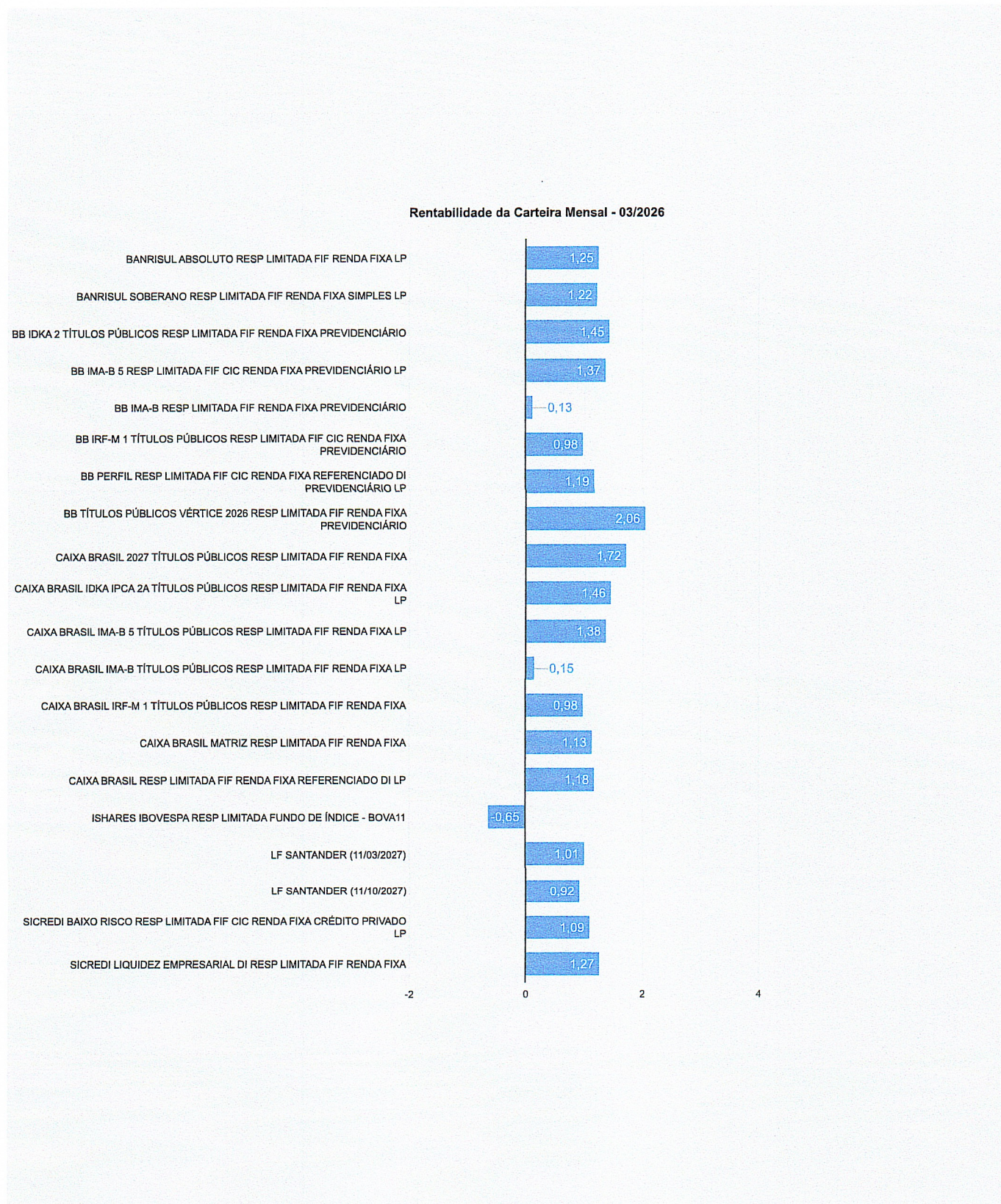
Com isso exposto, demostramos toda nossa transparência quanto às intuições financeiras e produtos por elas distribuídos, não nos permitindo a indicação de instituições financeiras.

Relatório para uso exclusivo do RPPS, não sendo permitida a reprodução ou distribuição por este a qualquer pessoa ou instituição, sem a autorização da EMPRESA. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela EMPRESA, observando-se a data que este relatório se refere.

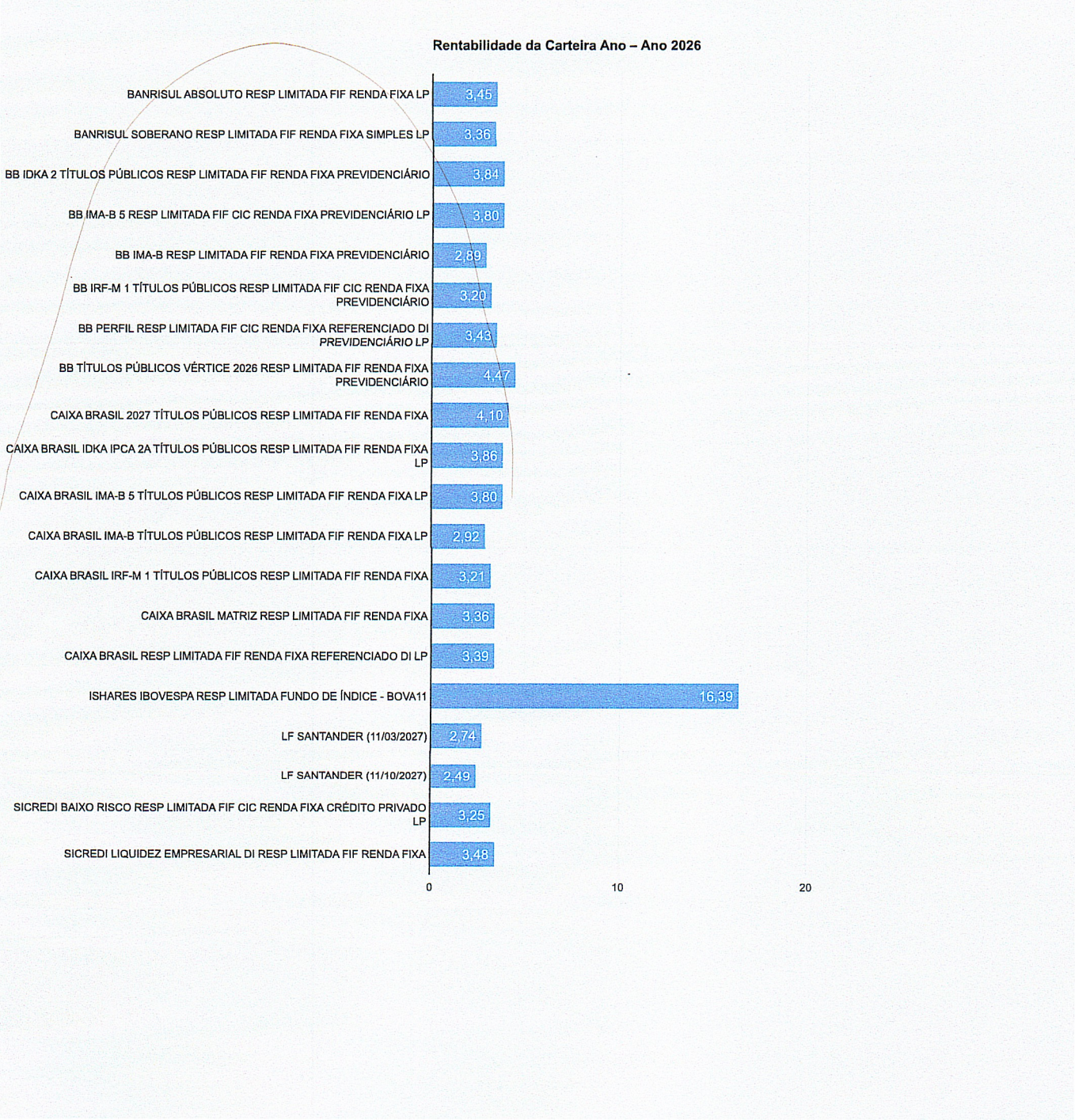
Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos a rentabilidade em percentuais do mês, últimos seis meses e do ano. Também esta sendo demonstrado a rentabilidade em reais do mês e do ano. Ambas informações estão sendo utilizado a data-base do mês deste relatório.

RENTABILIDADE					
Fundos de Investimento	03/2026 (%)	Últimos 6 meses (%)	No ano (%)	03/2026 (R\$)	ANO (R\$)
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,25%	7,27%	3,45%	253.337,21	683.298,60
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	1,22%	7,07%	3,36%	6.213,18	16.619,77
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,45%	7,02%	3,84%	57.557,98	149.072,07
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1,37%	6,92%	3,80%	26.500,00	71.705,78
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,13%	6,02%	2,89%	2.425,81	53.089,31
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,98%	6,90%	3,20%	6.612,13	17.828,90
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1,19%	7,27%	3,43%	163.925,72	462.871,97
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,06%	7,39%	4,47%	2.119,24	4.560,11
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,72%	4,19%	4,10%	5.800,43	13.465,28
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,46%	7,08%	3,86%	31.984,84	82.419,85
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,38%	6,92%	3,80%	49.118,12	132.306,40
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,15%	6,11%	2,92%	869,02	16.636,40
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,98%	6,94%	3,21%	4.452,17	14.313,75
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,13%	7,17%	3,36%	32.542,25	94.940,87
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,18%	7,20%	3,39%	122.145,67	343.793,44
ISHARES IBOVESPA RESP LIMITADA FUNDO DE ÍNDICE - BOVA11	-0,65%	29,17%	16,39%	0,00	984,01
LF SANTANDER (11/03/2027)	1,01%	6,24%	2,74%	11.451,52	30.637,28
LF SANTANDER (11/10/2027)	0,92%	5,62%	2,49%	10.170,64	27.159,30
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1,09%	7,04%	3,25%	14.548,90	42.461,62
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,27%	7,30%	3,48%	156.619,90	419.722,37
Total:				958.394,75	2.677.887,06

O gráfico abaixo apresenta a rentabilidade dos fundos de investimento no mês de referência, evidenciando o desempenho individual de cada ativo no período. A visualização permite identificar a variação mensal dos resultados, conforme os fundos que compõem a carteira do RPPS.



O gráfico apresentado demonstra a rentabilidade acumulada dos fundos de investimento no ano corrente, permitindo o acompanhamento do desempenho dos ativos ao longo do período. A informação complementa a análise dos resultados, considerando a evolução da rentabilidade desde o início do exercício.



Enquadramento 5.272/2025 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
Classe FI 100% TP - Art. 7º, I - Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	46.847.109,74	58,78%	99,50%	100,00%	ENQUADRADO
Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V - Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	29.242.728,49	36,69%	-	45,00%	ENQUADRADO
Ativos RF - Art. 7º, VI - Ativos RF - Art. 7º, VI	2.265.810,93	2,84%	-	4,00%	ENQUADRADO
Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII - Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII	1.349.542,29	1,69%	-	2,50%	ENQUADRADO
Total:	79.705.191,45	100,00%	99,50%		

Na tabela abaixo mostramos a composição da carteira por fundo de investimentos do RPPS no mês deste relatório, na sequência uma tabela com a composição dos investimentos por benchmark e um gráfico com a porcentagem investida em cada fundo de investimento.

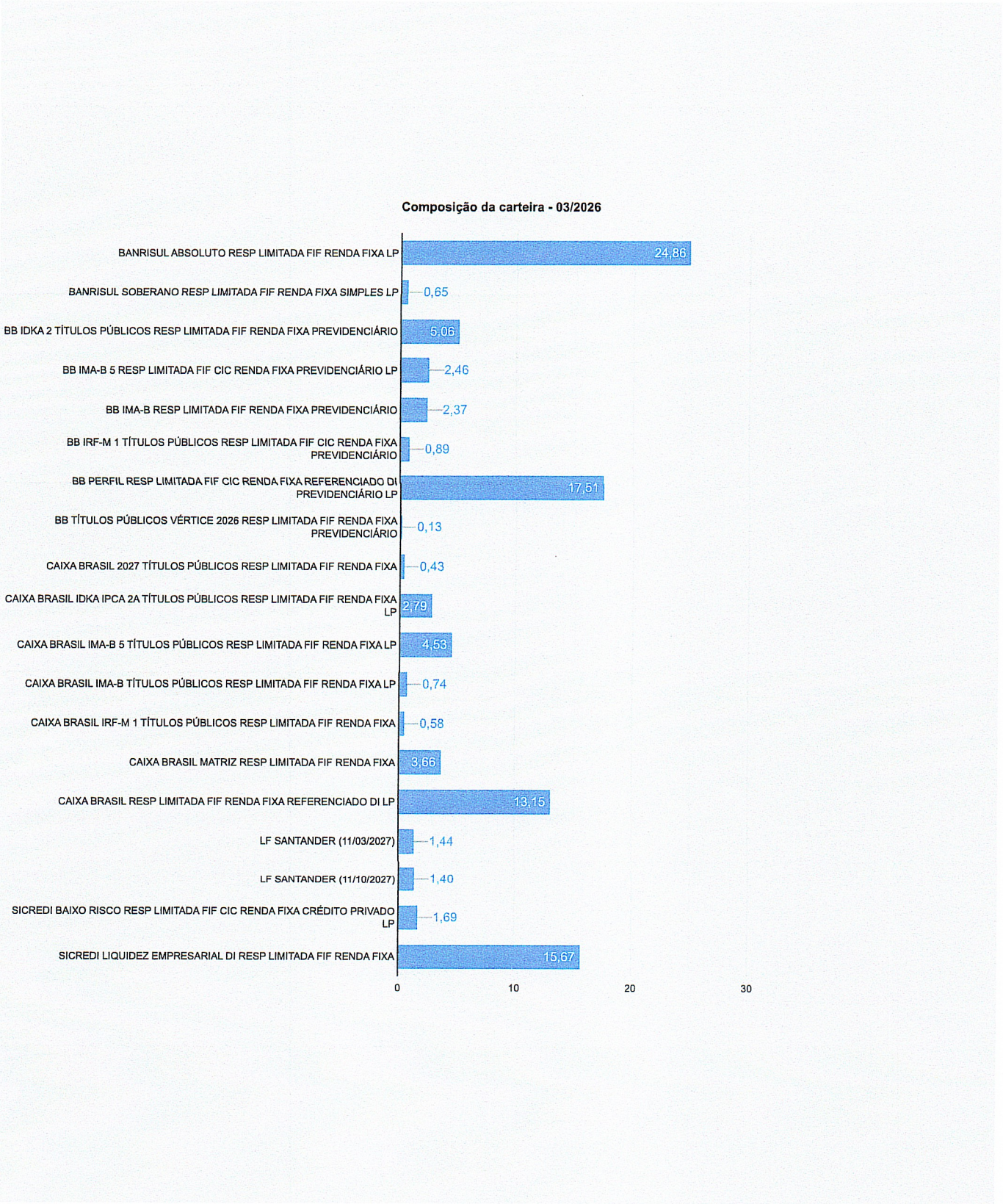
Composição da Carteira	03/2026	
	R\$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	19.812.798,11	24,86
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	519.074,82	0,65
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.032.103,78	5,06
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1.958.411,82	2,46
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.889.407,89	2,37
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	706.508,36	0,89
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.956.925,34	17,51
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	105.243,27	0,13
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	342.097,32	0,43
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.220.260,52	2,79
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	3.610.565,32	4,53
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	586.374,50	0,74
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	460.610,75	0,58
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	2.916.862,80	3,66
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	10.479.532,46	13,15
LF SANTANDER (11/03/2027)	1.148.446,15	1,44
LF SANTANDER (11/10/2027)	1.117.364,78	1,40
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1.349.542,29	1,69
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	12.493.061,17	15,67
Total:	79.705.191,45	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	563,55
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	79.705.755,00

A composição por benchmark demonstra a distribuição dos recursos de acordo com os indexadores de referência dos investimentos. Essa segmentação permite identificar a exposição da carteira aos diferentes indicadores de mercado utilizados como base para os ativos investidos.

Composição por segmento		
Benchmark	%	RS
CDI	75,50	60.178.254,70
IDKA 2	7,84	6.252.364,30
IMA-B 5	6,99	5.568.977,14
IMA-B	3,11	2.475.782,39
IRF-M 1	1,46	1.167.119,11
IPCA	0,56	447.340,59
LF (Letra Financeira)	2,84	2.265.810,93
Crédito Privado	1,69	1.349.542,29
Total:	100,00	79.705.191,45

O gráfico apresentado ilustra a distribuição percentual da carteira entre os fundos de investimento, conforme os valores aplicados no período. A visualização permite melhor compreensão da representatividade de cada ativo na composição total da carteira.



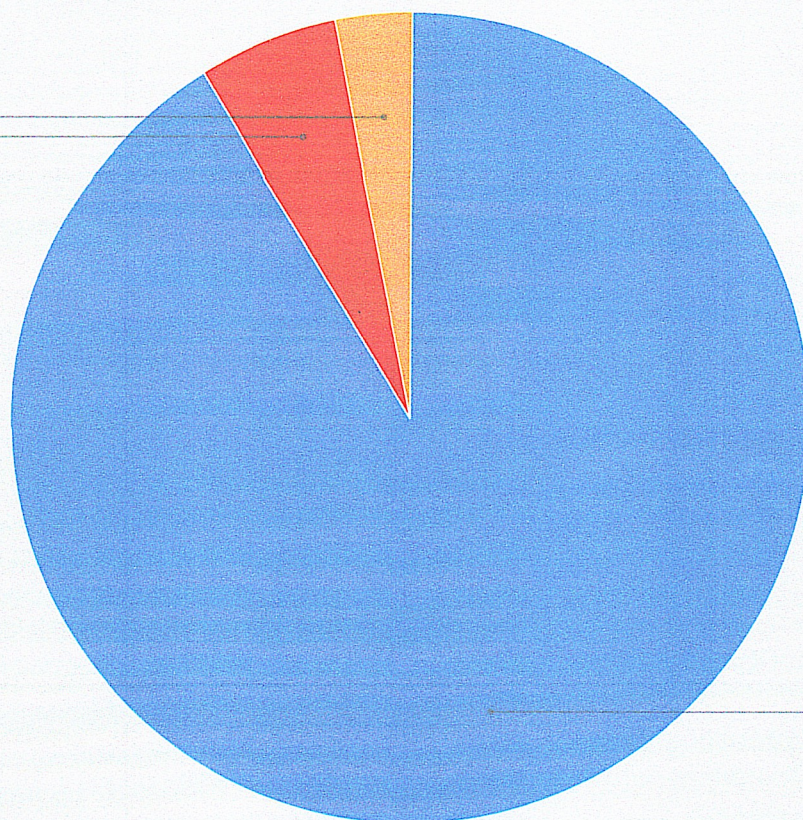
Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos o risco em percentuais do mês e do ano corrente, considerando a metodologia de Value at Risk (VaR), bem como o valor e percentual alocado em cada fundo de investimento. As informações permitem o acompanhamento da exposição ao risco dos investimentos no período analisado. Na página seguinte, demonstramos a carteira por grau de risco em forma de gráfico.

Fundos de Investimentos	RISCO		ALOCÇÃO	
	VAR 95% - CDI		RS	%
	03/2026	Ano		
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,01%	0,01%	19.812.798,11	24,86
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	0,01%	0,01%	519.074,82	0,65
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,48%	0,95%	4.032.103,78	5,06
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1,54%	0,99%	1.958.411,82	2,46
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3,96%	2,62%	1.889.407,89	2,37
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,32%	0,21%	706.508,36	0,89
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,02%	0,02%	13.956.925,34	17,51
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,42%	0,30%	105.243,27	0,13
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,71%	0,48%	342.097,32	0,43
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,60%	1,03%	2.220.260,52	2,79
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,55%	0,99%	3.610.565,32	4,53
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	3,97%	2,62%	586.374,50	0,74
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,32%	0,21%	460.610,75	0,58
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,09%	0,06%	2.916.862,80	3,66
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,03%	0,02%	10.479.532,46	13,15
LF SANTANDER (11/03/2027)	1,62%	1,49%	1.148.446,15	1,44
LF SANTANDER (11/10/2027)	1,48%	1,36%	1.117.364,78	1,40
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	0,07%	0,05%	1.349.542,29	1,69
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,01%	0,01%	12.493.061,17	15,67
Total:			79.705.191,45	100,00

% Alocado por Grau de Risco - 03/2026

MÉDIO/
ALTO -
3,11%

BAIXO/
MÉDIO -
5,63%



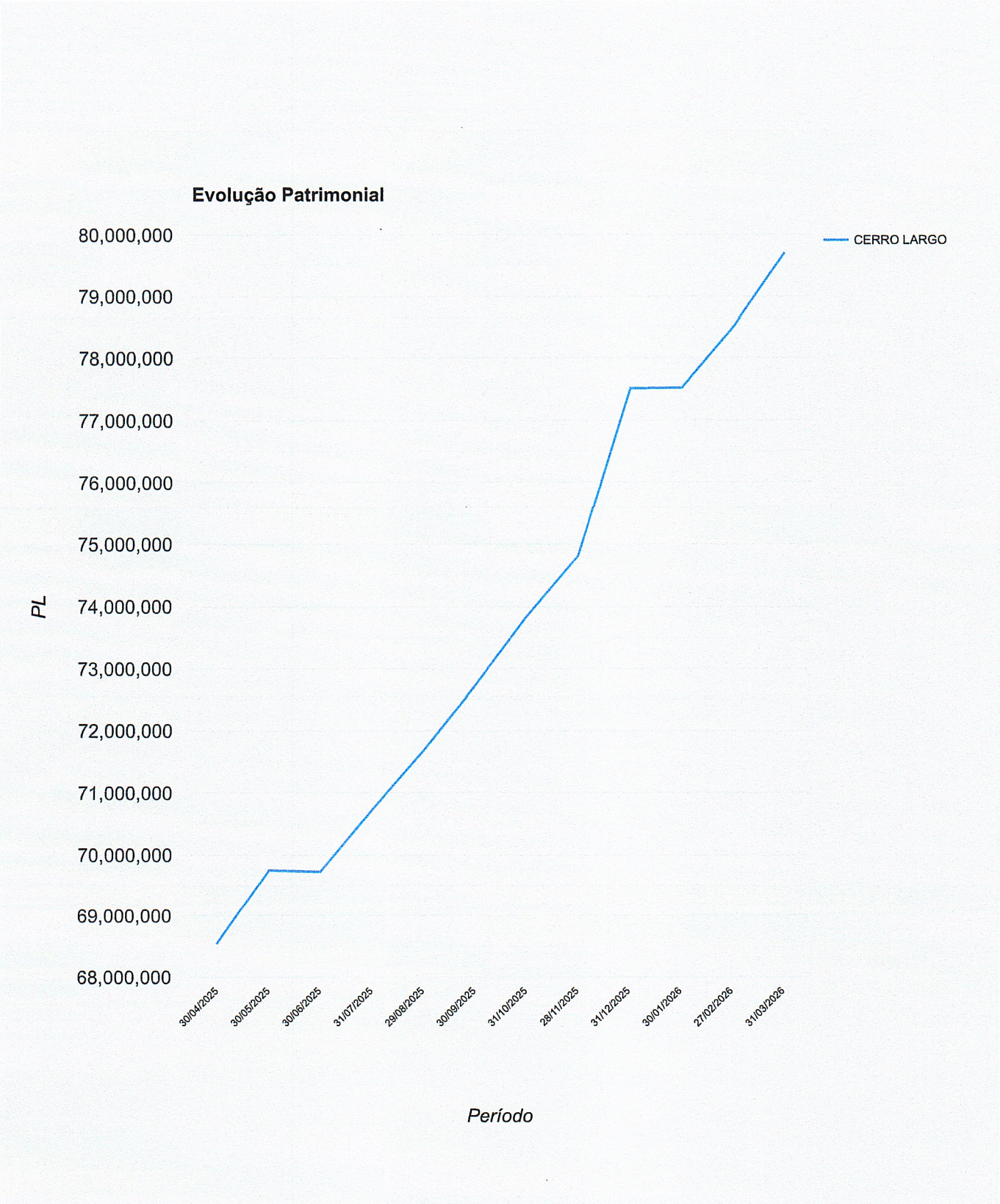
BAIXO -
91,27%

O Gráfico acima se refere a exposição em risco da carteira de investimento do RPPS, ou seja, os percentuais demonstrados mostram o volume alocado em % exposto ao risco de mercado. Saliento que a medida esta sendo levando em consideração o cenário atual e as expectativas.

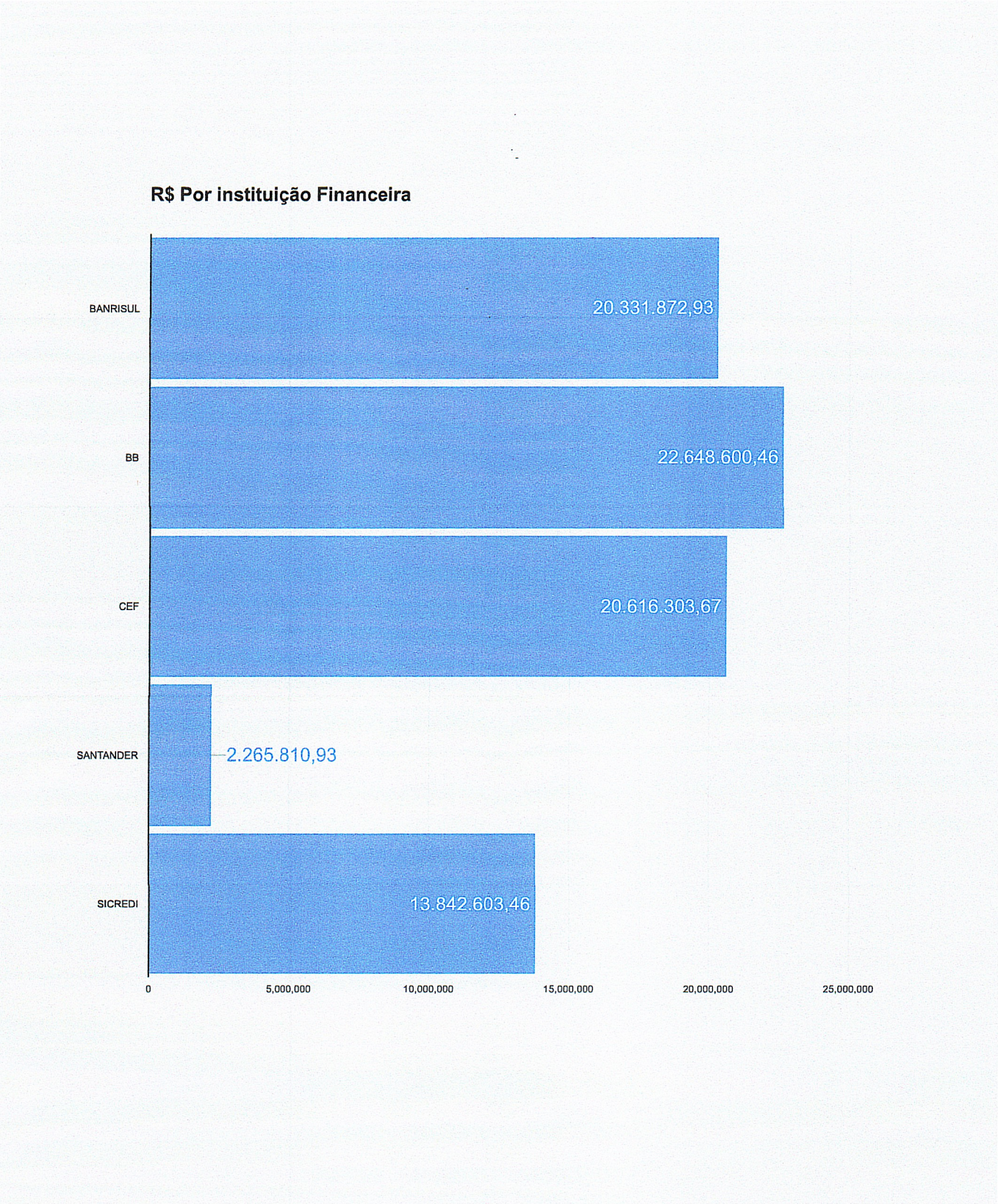
A seguir mostraremos um comparativo em percentuais entre alguns benchmarks selecionados, a meta da Política de Investimento do período e a rentabilidade acumulada atingida, mês a mês pelo RPPS.

	Benchmarks					
	IMA Geral	IMA B	IRF-M I	Ibovespa	INPC + 5,75%	CERRO LARGO
01/2026	1,31%	1,00%	1,20%	12,56%	0,86%	1,18%
02/2026	1,18%	1,79%	1,02%	4,09%	1,03%	1,05%
03/2026	0,55%	0,17%	1,02%	-0,70%	1,38%	1,22%

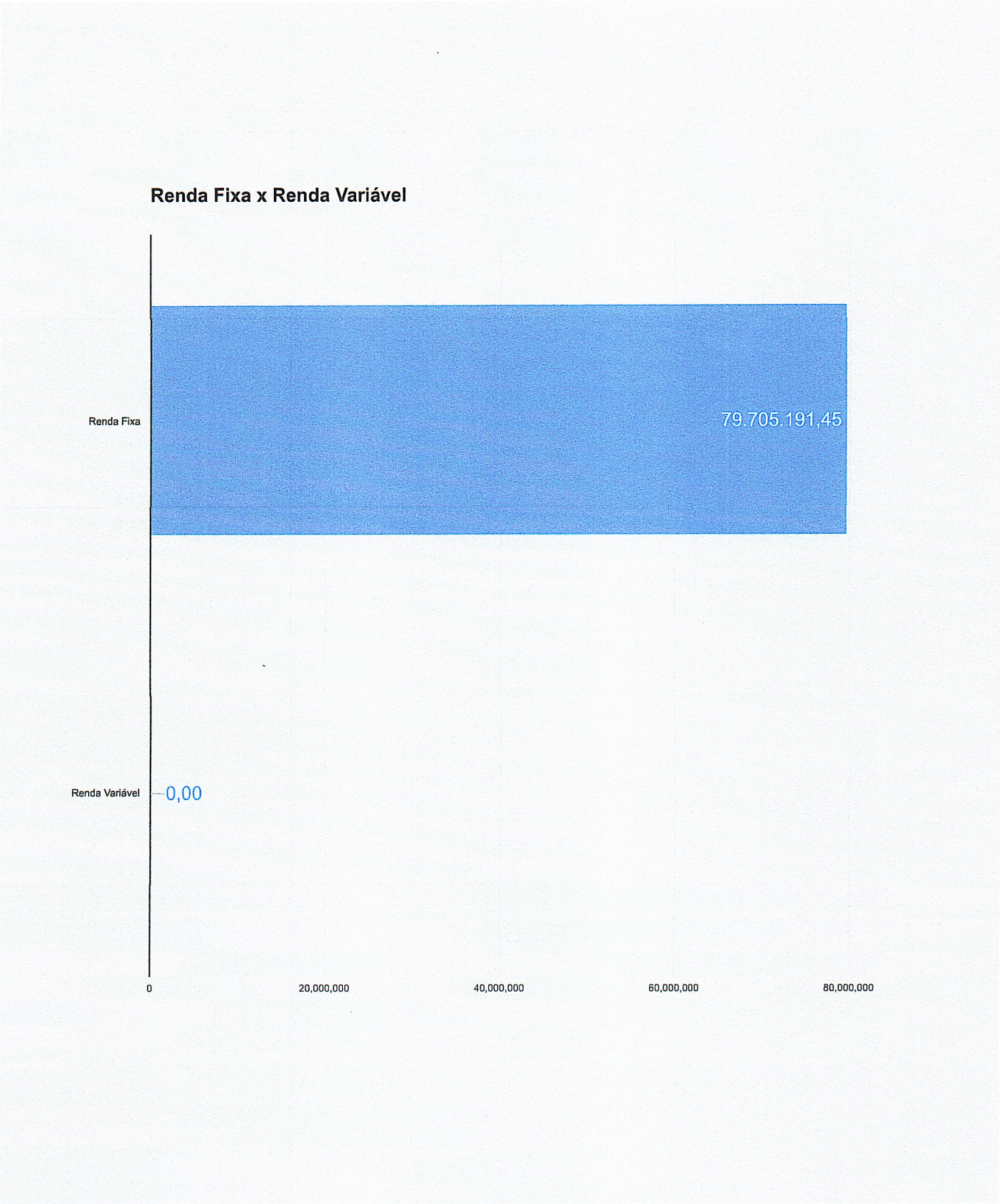
O gráfico abaixo apresenta a evolução patrimonial do RPPS nos últimos 12 meses, considerando o valor total dos recursos investidos. A informação permite acompanhar a variação do patrimônio ao longo do tempo.



O gráfico demonstra a distribuição dos recursos por instituição financeira, conforme os valores aplicados em cada entidade. A apresentação permite visualizar a concentração dos investimentos por instituição no período.



O gráfico apresenta a distribuição dos recursos entre os segmentos de renda fixa e renda variável, conforme a composição da carteira no período analisado. A informação permite identificar a alocação dos investimentos por classe de ativos.



RESUMO MERCADO X CARTEIRA DE INVESTIMENTO

O mês de março de 2026 foi marcado por um ambiente de maior volatilidade nos mercados financeiros, refletindo a combinação de incertezas no cenário internacional e dúvidas quanto à condução da política econômica no Brasil. Após um início de ano mais construtivo, sustentado por expectativas de queda da inflação e flexibilização monetária global, o período trouxe uma reavaliação relevante dessas premissas.

No cenário externo, o principal vetor de influência foi a intensificação das tensões geopolíticas no Oriente Médio, com o conflito envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel ganhando protagonismo. O fechamento do Estreito de Ormuz — responsável por parcela significativa do fluxo global de petróleo e outras commodities — gerou forte impacto nos mercados, levando o preço do barril a superar a marca de US\$ 100. Esse movimento elevou as preocupações inflacionárias globais e contribuiu para um ambiente mais cauteloso para ativos de risco.

Além do choque nas commodities, observou-se revisão das expectativas em relação à política monetária internacional. Nos Estados Unidos, a economia segue demonstrando resiliência, o que, somado à pressão inflacionária decorrente da alta do petróleo, levou o mercado a postergar cortes de juros e, em alguns momentos, a considerar a possibilidade de manutenção prolongada ou até ajustes adicionais na taxa básica. Na reunião do período, o Federal Reserve manteve os juros em 3,75% ao ano, reforçando postura cautelosa e dependente da evolução dos dados.

Na Zona do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa de depósito em 2,00% ao ano pela sexta reunião consecutiva. No entanto, o comunicado trouxe uma mudança relevante de tom, com a presidente Christine Lagarde destacando o aumento da incerteza no cenário prospectivo, apontando riscos altistas para a inflação e baixistas para a atividade econômica. Esse balanço reforça a tendência de uma condução mais cautelosa da política monetária na região.

Na China, os indicadores recentes seguem apontando para um ritmo mais moderado de crescimento, com sinais de enfraquecimento principalmente na atividade industrial e nas exportações. A inflação permanece sob controle, ainda influenciada por fatores pontuais, enquanto os preços ao produtor continuam pressionados. Diante desse cenário, o governo chinês sinalizou a intenção de sustentar a atividade econômica ao longo de 2026, com possibilidade de adoção de novos estímulos, caso necessário.

Esse conjunto de fatores resultou em momentos de maior aversão ao risco global, com impactos sobre bolsas, moedas e fluxos de capital, especialmente em economias mais sensíveis ao cenário externo.

No Brasil, os efeitos foram mistos. Por um lado, a elevação dos preços do petróleo contribuiu para melhora relativa das contas externas e favoreceu setores ligados a commodities. Por outro, intensificou pressões inflacionárias em um ambiente já marcado por núcleos elevados e inflação de serviços persistente.

A atividade econômica seguiu resiliente, com mercado de trabalho aquecido, crédito ainda ativo e nível de demanda sustentado. No entanto, esse contexto também contribuiu para a manutenção de pressões inflacionárias e expectativas ainda desancoradas, especialmente diante das incertezas fiscais e do ambiente político.

Diante desse cenário, o Banco Central adotou postura cautelosa na condução da política monetária, iniciando o ciclo de flexibilização de forma mais gradual do que o anteriormente esperado pelo mercado. Na reunião de março, o Comitê de Política Monetária (Copom) optou por reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, levando-a para 14,75% ao ano.

A decisão refletiu a necessidade de equilibrar o processo de desinflação com os riscos provenientes do cenário externo — especialmente o choque de commodities — e das incertezas domésticas, como a dinâmica fiscal e a persistência dos núcleos de inflação, em especial no setor de serviços. O comunicado reforçou que, apesar dos avanços, as expectativas inflacionárias ainda demandam atenção, justificando uma condução mais prudente do ciclo de cortes.

Como consequência, a curva de juros apresentou deslocamento para cima, sobretudo nos vértices mais longos, refletindo a reprecificação do ritmo e da extensão do ciclo de flexibilização monetária.

Em relação à inflação, o IPCA registrou alta de 0,88% em março, acima das expectativas de mercado, puxado principalmente pelo aumento dos combustíveis. Ainda assim, o indicador permanece dentro do intervalo de tolerância da meta. O INPC apresentou variação de 0,91% no mês, com aceleração relevante dos preços de alimentos, reforçando o cenário de atenção para a dinâmica inflacionária no curto prazo.

No mercado financeiro, na renda fixa, o mês reforçou a importância de uma abordagem seletiva. A combinação de pressões inflacionárias, cenário externo adverso e ajuste nas expectativas de política monetária limitou o espaço para cortes mais acelerados da Selic, resultando em abertura da curva de juros.

Nesse contexto, ativos indexados à inflação seguem desempenhando papel relevante nas carteiras, oferecendo proteção em um ambiente de maior pressão inflacionária. Ao mesmo tempo, estratégias referenciadas ao CDI e crédito privado continuam apresentando boa relação risco-retorno, sustentadas por fundamentos corporativos ainda consistentes.

Na renda variável, o ambiente foi de maior volatilidade, refletindo o cenário externo mais instável e a reprecificação das expectativas domésticas. Ainda assim, o Ibovespa demonstrou relativa resiliência, favorecido por sua composição setorial e pela exposição a commodities, encerrando o mês com leve variação negativa de -0,70%.

Para o médio e longo prazo, o cenário permanece construtivo para a classe de ativos, sustentado por valuations ainda atrativos e potencial de fluxo estrangeiro. Contudo, o ambiente segue exigindo postura seletiva e atenção à volatilidade, especialmente em um contexto de incertezas globais e domésticas.

COMENTÁRIO DO ECONOMISTA:

Março foi marcado por um ajuste de expectativas, com o mercado passando a incorporar um cenário mais complexo, combinando inflação persistente, riscos geopolíticos e maior cautela na condução da política monetária.

Para os próximos meses, o ambiente segue desafiador, exigindo maior seletividade. No cenário internacional, o foco permanece na política monetária dos Estados Unidos, com incertezas quanto ao ritmo de cortes de juros. Além disso, os riscos geopolíticos continuam no radar, com potencial impacto sobre commodities e, consequentemente, sobre a inflação global.

No Brasil, o cenário fiscal e o calendário eleitoral tendem a elevar a volatilidade dos ativos, influenciando juros, câmbio e mercado acionário. Ao mesmo tempo, a inflação — especialmente no setor de serviços — seguirá determinante para o ritmo de flexibilização da política monetária, que deve ocorrer de forma gradual e dependente dos dados.

Para os RPPS, o momento reforça a importância de uma gestão prudente, com foco em diversificação, liquidez e controle de riscos, permitindo capturar oportunidades sem comprometer a estabilidade da carteira.

Dessa forma, a recomendação de alocação relevante permanece concentrada em ativos de curto e médio prazo, especialmente ao longo do primeiro semestre. O elevado patamar da Selic segue oferecendo boa relação risco-retorno, ao mesmo tempo em que a postura defensiva contribui para a preservação patrimonial diante de possíveis oscilações do cenário político e fiscal. Para perfis mais conservadores, o foco pode permanecer em ativos de menor volatilidade, como IRF-M1 e fundos referenciados DI. Em relação aos títulos indexados à inflação e prefixados de prazos mais longos, sugere-se exposição moderada e compatível com o perfil de risco, evitando movimentos abruptos de realocação.

Quanto à renda variável, apesar de mantermos uma visão favorável no médio prazo, o atual contexto — especialmente diante das incertezas geopolíticas — recomenda cautela. A exposição deve ser conduzida de forma seletiva, diversificada e dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos. Para os RPPS que utilizarem esse segmento, recomenda-se a adoção de gestão ativa como ferramenta de mitigação de riscos e ajuste dinâmico das posições ao longo do ciclo econômico.

Destaca-se, ainda, que, com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, os investimentos passam a estar diretamente atrelados ao nível de governança (Pró-Gestão), sendo esse um requisito essencial a ser observado previamente à realização de novos aportes.

De forma geral, o momento exige equilíbrio: capturar oportunidades geradas pela transição do ciclo monetário, sem abrir mão da disciplina, da previsibilidade e da adequada gestão de riscos que caracterizam a boa governança dos RPPS.

Composição por segmento		
Benchmark	R\$	%
CDI	60.178.254,70	75,50
IDKA 2	6.252.364,30	7,84
IMA-B 5	5.568.977,14	6,99
IMA-B	2.475.782,39	3,11
IRF-M 1	1.167.119,11	1,46
IPCA	447.340,59	0,56
LF (Letra Financeira)	2.265.810,93	2,84
Crédito Privado	1.349.542,29	1,69
Total:	79.705.191,45	100,00

Abaixo podemos verificar, referente ao mês de março, a rentabilidade acumulada em reais e percentual para o exercício. Finalizando o mês conseguimos visualizar uma comparação com a meta da política de investimento para o mesmo período, conforme segue:

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	R\$	%			
03/2026	R\$ 2.677.887,06	3,4862%	INPC + 5,75%	3,30 %	105,49%